

GÊNESE DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: UMA LEITURA DE A MISÉRIA DA FILOSOFIA DE KARL MARX

*JOSÉ FLÁVIO BERTERO**

1. UMA DESCOBERTA CIENTÍFICA

Miséria da Filosofia (1846/47), de Karl Marx, completa no corrente ano de 1997 exatamente um século e meio de existência. Por se tratar de uma obra que, a despeito do seu tom polêmico, já é, por assim dizer, o embrião da explicação marxista da sociedade burguesa, cremos que, malgrado os seus 150 anos de idade, ela permanece atual. Simplesmente porque a sociedade a que se reporta, em que pesem as transformações por que passa, ainda não foi realmente superada. Pelo contrário, há claras evidências acerca da sua persistência. Uma delas, por exemplo, é a crise que a assola há mais de duas décadas; crise essa, convém frisar, que não é senão uma crise de acumulação. Nada melhor que uma crise dessa natureza para explicitar a existência da lei do valor, verdadeira regente da referida sociedade e definidora da sua sociabilidade. Talvez não por acaso Marx comece a sua crítica a Proudhon por essa lei.

Mas vejamos antes o que diz esse autor. Propõe-se, de início, a explicar a gênese do valor de troca, ou seja, o processo que converte o valor de utilidade em valor de troca. Supõe que a necessidade conduz à divisão do trabalho; esta, por sua vez, conduz à troca e, por conseguinte, ao valor de troca.

Deixando de lado a metafísica dessa sua explicação, pode-se dizer que ela compreende

o duplo aspecto do valor: valor de utilidade ou útil e valor de troca. Melhor dizendo, opõe um ao outro. Apesar dessa oposição já ter sido apontada pelos economistas que o antecederam, ele acredita tê-la descoberto (p. 29).

Precisemos melhor essa oposição. Proudhon observa que o valor de troca de um produto depende de sua abundância ou escassez em relação à procura. À medida que a oferta cresce, ela baixa; inversamente, quanto menor for esta, maior será o seu valor (p. 29).

Segundo Marx, Proudhon esquece-se da procura. E depois de esquecê-la, assimila o valor de troca à escassez e o valor útil à abundância (p. 30), sem conseguir, contudo, equacionar a determinação do valor, que atribui a um preço inestimável, porque não há compradores, e nunca haverá enquanto abstrair a demanda. Por isso, não consegue equacionar a determinação do valor (p. 31).

Todavia, o seu esquecimento da procura é apenas um artifício metodológico. Prescinde dela num primeiro momento, para poder sacá-la posteriormente, mediante o estabelecimento de uma nova identificação que equalize a oposição. Assim é que, após ter representado a abundância como valor útil e a escassez como valor de troca - nota-se que fica fácil demonstrar que a abundância e a escassez estão em razão inversa -, Proudhon identifica

* Professor do Departamento de Sociologia da FCL - UNESP - Araraquara.

o valor útil com a oferta e o valor de troca com a procura. Para ressaltar ainda mais a antítese, substitui os termos, pondo no lugar do valor de troca o valor de opinião. Temos, dessa maneira, de um lado a utilidade (o valor de uso, a oferta) e, de outro, a opinião (o valor de troca, a procura) (p. 31).

De que modo é possível conciliar isso? Através do livre arbítrio. Visto que a procura ou o valor de troca se identificam com a opinião, Proudhon afirma que: "Está demonstrado que é o livre arbítrio do homem que dá lugar à oposição entre o valor útil e o valor de troca. Como esclarecer, então, essa oposição, enquanto subsistir o livre arbítrio? E como sacrificar esse sem sacrificar o homem?" (p. 32).

Não há conclusão possível. Existe uma luta entre dois poderes incomensuráveis, entre o útil e a opinião, entre o comprador livre e o produtor livre (p. 32).

Desse modo, a dialética de Proudhon não vai além de substituir o valor útil e o valor de troca, a oferta e a procura, por noções abstratas e incongruentes, como a escassez e a abundância, a utilidade e a opinião, um produtor e um consumidor, "ambos cavaleiros do livre arbítrio" (p. 35).

Pretende, com isso, reintroduzir um elemento que havia afastado, os gastos de produção, como síntese entre o valor útil e o valor de troca. É assim que, a seu modo de ver, os gastos de produção constituem valor sintético ou valor constituído (p. 35), a pedra de toque do seu sistema das contradições econômicas, por ele considerado como a sua grande descoberta científica.

O que vem a ser essa descoberta científica de Proudhon, que é o valor constituído? Uma vez admitida a utilidade, o trabalho é a fonte do valor. A medida do valor trabalho é o tempo. O valor relativo dos produtos é determinado pelo tempo de trabalho que é preciso empregar para produzi-los. O preço é a expressão monetária do valor relativo de um produto. Enfim, o valor constituído de um

produto é simplesmente o valor que o constitui por meio do tempo de trabalho nele fixado (p. 35).

É como se Ricardo não houvesse existido. Acontece que existiu. Tanto existiu que Marx recorre a ele, a quem considera o maior intérprete até então existente da sociedade burguesa (p. 36). Confronta Proudhon com a idéia desse expoente do pensamento econômico clássico, idéia segundo a qual o valor relativo das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Noutras palavras, para esse economista, o determinante do valor é o trabalho, e o tempo deste, a medida daquele. Marx não só reitera isso como insistirá na idéia de que não é o valor do trabalho que serve de medida ao valor das mercadorias, senão a sua quantidade ou tempo. O valor, em si e por si mesmo, nada produz. Fato esse que, conquanto elementar, nem sempre era bem entendido pelos economistas da época, exceto Ricardo. Aqueles, aliás, eram mestres em explicar os preços (leia-se valor) pelas oscilações entre a oferta e a procura no mercado. Ao invés disto, para Marx, os preços (valor) possuem uma determinação, cujos fundamentos se encontram na esfera da produção e não na do mercado. Tanto é assim que, se o preço de venda de um produto cair abaixo dos seus custos de produção, o seu fabricante fatalmente será penalizado nessa esfera pela concorrência. De maneira inversa, se o mesmo fabricante, ao pôr o seu produto no mercado, obtém um preço bem acima dos seus custos, ele com certeza conseguirá um superlucro. Esse superlucro atrairá concorrentes suplementares para o ramo a que pertence, a ponto de provocar uma superprodução temporária, que comprimirá os preços. A oscilação destes, conforme se vê, não se dá ao acaso, mas em função dos custos de produção, ao redor dos quais gravitam e os quais são determinados pelo preço dos meios de vida, indispensáveis para a manutenção do trabalhador.

Marx concebe o trabalho como uma mercadoria particular, capaz de criar valor. Trabalho, note-se bem, e não força de trabalho, pois ele ainda não havia elaborado esse conceito. Isso o incapacita, naquele momento (1846/47), para explicar de maneira clara e precisa a origem do excedente. Só dez anos mais tarde, com a sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1857) e os *Borradores de O Capital* (1857/58) é que elaborará esse conceito, bem como o de mais-valia. Tinha, entretanto, na ocasião da redação da *Miséria de Filosofia*, uma dada concepção do real e de ciência. E essa dupla concepção que faz com que, a nosso ver, essa obra seja uma espécie de embrião da expressão científica da sociedade burguesa, concluída em seus estudos posteriores, particularmente em *O Capital*, estudo no qual apreende as leis que regem o movimento do ser social sob o domínio dele, capital, as quais estão somente esboçadas na *Miséria de Filosofia*.

Não ter, conforme afirmamos, o conceito de força de trabalho - fato que o leva a conceber o trabalho como mercadoria e a falar de compra e venda do trabalho e que, ademais, o impede de explicar devidamente a exploração do trabalho sob o capitalismo - não quer dizer que não haja ali um esforço com vistas a esclarecer a categoria trabalho. Há mais do que isso. Há um progresso de sua parte no tocante à inteligência dessa categoria. Que ela seja vista como elemento fundador da vida social não é algo novo para ele. Concebe-a assim desde *A Ideologia Alemã* (1845/46), em que estabelece os princípios do seu materialismo histórico e elabora, pela primeira vez depois de os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1843/44), noções a propósito da teoria do valor-trabalho, teoria essa, vale notar, que permanecia um enigma para muitos (e, se nos permitem, continua a permanecer em nossos dias) e que será melhor elaborada a partir de sua polêmica com Proudhon. A partir dessa polêmica, ressalte-

se: porquanto na *Miséria de Filosofia* essa teoria é ainda precária, estando longe de sua formulação mais acabada.

Esse fato registra-se não só porque a teoria não contempla um exame mais acurado das várias formas do valor, senão porque não dá conta dos seus elementos essenciais. Há certa confusão entre trabalho e força de trabalho. Além do mais, Marx não dispõe do conceito de trabalho social. Conseqüentemente, não dispõe do conceito de mais-valia. Por essa razão, os conceitos de capital, capitalismo e de acumulação, com os quais opera na *Miséria de Filosofia*, apresentam lacunas e insuficiências. Resulta disso que sua explicação para a sociedade burguesa tem limitações. Até porque ainda não desvendou todos os seus segredos e muito menos apreendeu as suas determinações. Tais limitações não invalidam, entretanto, a reflexão contida nessa obra. Ao contrário. Ela é a primeira sistematização teórica de Marx a respeito dessa sociedade. E o esboço do projeto teórico a que se dedicará a partir de então: a análise do modo de produção capitalista (Netto, 1980. p. 20). Daí a sua relevância e atualidade.

Posto isso, retomemos a *démarche* de Marx. Vimos que concebe o trabalho como uma mercadoria. Enquanto tal, ele possui valor. A medida do trabalho é dada pelo tempo necessário à sua produção, isto é, à produção dos meios indispensáveis à sobrevivência do trabalhador (p. 41) ou, por outras palavras, do mínimo necessário à sua existência. Assevera que o valor assim medido é a fórmula da escravidão moderna do operário e não, como quer Proudhon, a teoria revolucionária da emancipação do proletariado (p. 42).

De fato, essa medida não é em absoluto incompatível com o antagonismo de classes e com a desigual distribuição do produto entre elas. E a razão disso é simples. Um produto, qualquer que seja ele, encerra uma determinada quantidade de trabalho. Essa

quantidade de trabalho será sempre a mesma, qualquer que seja a situação recíproca dos que participam da sua criação (p. 42). Se o produto é trocado por outro, trata-se de uma troca de quantidades iguais de trabalho. Ao trocar essas quantidades iguais de tempo de trabalho, não se altera a situação recíproca dos produtores, tampouco muda a situação dos operários e dos fabricantes entre si (p. 42).

Afirmar, consoante o faz Proudhon, que essa troca, medida pelo tempo de trabalho, implica a retribuição igualitária de todos os produtores, equivale a supor que a igualdade de participação no produto subsistiu anteriormente à troca. Coisa que não acontece. A igualdade se dá na troca. Não diz respeito, por exemplo, às jornadas de trabalho, pressupostos na afirmação de Proudhon. O que permite a equiparação das diferentes jornadas de trabalho é a concorrência. É por meio dela que uma jornada complexa de trabalho é reduzida a uma jornada simples. Essa redução pressupõe a assunção do trabalho simples como medida do valor, em que se considera somente a sua quantidade. Isso é possível graças à subordinação do homem à máquina. Não é preciso dizer que, em conseqüência, a hora de um homem equivale à hora de outro homem e sim, que um homem de uma hora equivale a outro homem de uma hora. "O tempo é tudo, o homem não é nada; é quando muito a carcaça do tempo. Já não se levanta o problema da qualidade. A quantidade por si só decide tudo: hora por hora, dia por dia; mas essa nivelção do trabalho não é, certamente, obra da eterna justiça do senhor Proudhon; é (pura e) simplesmente resultado da indústria moderna" (p. 44). Nada mais atual do que isso. Lança luz sobre as transformações que se verificam presentemente no trabalho e seu processo.

Prossigamos, contudo, com a análise de Marx. "Na oficina automática," diz, "o trabalho de um operário quase não se

distingue do trabalho de outro operário; os operários já não mais se distinguem entre si senão pela quantidade de tempo que empregam no trabalho". No entanto, sob certo ponto de vista, essa diferença quantitativa chega a ser qualitativa, na medida em que o tempo que se dedica ao trabalho depende, em parte, de causas puramente materiais, como a constituição física, a idade, o sexo; em parte, de causas morais puramente negativas, como a paciência, a impossibilidade, a assiduidade. Por último, se existe uma diferença de qualidade no trabalho dos operários, trata-se, quando muito, de uma qualidade da última qualidade, que está longe de ser uma especialidade distintiva. É nisso, em última análise, que consiste o estado de coisas da indústria moderna. Sobre essa igualdade do trabalho automático, já realizada, Proudhon esgrime a sua plaina da "igualização" que ele propõe realizar, universalmente, no futuro (p. 44).

Todas as implicações igualitárias que Proudhon retira de Ricardo repousam num erro básico. Confunde o valor das mercadorias, medido pelo tempo de trabalho nelas cristalizado, com o valor das mercadorias medido pelo valor do trabalho (p. 44). Determina, assim, o valor das mercadorias pelo valor do trabalho. Proceder desse modo é, segundo Marx, ir contra os fatos econômicos. É falar num círculo viciado. É determinar o valor relativo por outro valor relativo que, por sua vez, precisa ser determinado. Esse mesmo procedimento o leva a confundir as despesas de produção com os salários.

"Que é o salário? É o preço de custo do trigo, etc; é o preço integrante de todas as coisas"; indo mais longe, "(...) é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza. Que é o salário? É o valor do trabalho" (p. 45).

Ricardo mostrara a confusão em A. Smith entre tempo de trabalho e valor do trabalho como medidas do valor. Assinalara a

disparidade dessas maneiras de medir. Proudhon vai além de A. Smith, identificando as duas coisas que este se limitara a justapor (p. 45). Ele provera a medida do valor das mercadorias, para encontrar a retribuição igual dos trabalhadores. Toma como dado já estabelecido a igualdade dos salários para, partindo dessa igualdade, encontrar o valor das mercadorias. Que admirável dialética! (p. 45).

Ora, o trabalho, enquanto objeto de compra e venda, é uma mercadoria que, já o dissemos, tem valor. Mas o valor do trabalho produz tanto quanto o valor do trigo, ou seja, nada (p. 46).

Proudhon acaba admitindo que, considerado como mercadoria, o trabalho vale e não produz. Muda de opinião. Diz agora que o trabalho não é uma mercadoria, que não tem valor. Esquece-se de que tinha tomado o valor trabalho como medida do valor, bem como de que todo o seu sistema se baseia no trabalho mercadoria, no trabalho que se compra e vende, que se permuta, etc; no trabalho, em suma, que é fonte imediata do reconhecimento para o trabalhador. Esquece-se de tudo (p. 47).

Para salvar o seu sistema, consente em sacrificar-lhe a base. Chega, assim, a uma nova determinação do valor constituído: a relação de proporcionalidade dos produtos que formam a riqueza.

A "relação de proporcionalidade", observa Marx, faz pensar em muitas outras relações econômicas, a saber: proporcionalidade da produção, justa proporção entre oferta e procura, etc. Quando a oferta e a procura se equilibram, o valor relativo de um produto qualquer é determinado pela quantidade de trabalho que está nela fixada. Proudhon, porém, inverte a ordem das coisas. Começa medindo o valor relativo de um produto pela quantidade de trabalho nele sintetizado, para constatar que a oferta e a procura equilibrar-se-ão. A produção corresponderá ao consumo, o produto será sempre permutável.

O seu preço corrente exprimirá exatamente o seu justo valor. Em vez de dizer como todos: "quando o tempo está bom, vê-se muita gente a passear", Proudhon manda sua gente passear para garantir-lhe um bom tempo (p. 48).

Se aceita o valor dos produtos como determinado pelo tempo de trabalho, deve aceitar igualmente o movimento oscilatório, o qual faz do trabalho a medida do valor. Não existe relação de proporcionalidade já constituída e, sim, um movimento constituinte (p. 52).

Só assim é correto falar de "proporcionalidade", ou seja, como consequência do valor determinado pelo tempo de trabalho. Todavia, essa medida de tempo é chamada por Proudhon de lei de desproporcionalidade. Uma inversão, por exemplo, que reduza o tempo de trabalho, consumido na geração de um produto, deprecia os seus congêneres que se encontram no mercado. A concorrência nivela o valor desses produtos. Força o fabricante do produto mais caro a vendê-lo mais barato. Ela realiza a lei conforme a qual o valor relativo de um produto é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-lo. O tempo de trabalho, que serve de medida do valor venal, transfigura-se desse modo em lei de uma depreciação contínua do trabalho. Ainda mais: ocorrerá depreciação não apenas para as mercadorias levadas ao mercado, mas também para os instrumentos de produção, e para toda uma oficina (p. 52).

Com efeito, o que determina o valor não é o tempo que se gastou na produção de um artigo, senão o mínimo de tempo no qual ele é susceptível de ser produzido, e esse mínimo é fixado pela concorrência. Suponhamos que não haja concorrência e, por conseguinte, que já não mais existam meios de precisar o mínimo de trabalho necessário para a confecção de uma coisa. O que sucederá? Bastará empregar na produção de um objeto seis horas de trabalho, para se ter o direito, de

acordo com Proudhon, de exigir em troca seis vezes mais do que o que tiver utilizado uma hora na criação do objeto (p. 53). Tem-se, então, no lugar de uma relação de proporcionalidade, uma relação de desproporcionalidade (p. 53).

A depreciação contínua do trabalho é, no entanto, apenas uma das conseqüências da avaliação dos artigos pelo tempo de trabalho necessário para produzi-lo. A elevação dos preços, a superprodução e muitos outros fenômenos de anarquia industrial têm a sua interpretação nesse modo de avaliação (p. 53).

Mas, enquanto medida do valor, será o tempo de trabalho capaz de promover a variedade proporcional nos produtos, variedade essa, vale dizer, que tanto encanta Proudhon? (p. 53).

Pelo contrário, da mesma maneira que invadiu o universo dos instrumentos de produção, o monopólio tende a invadir o universo dos produtos. Apenas alguns ramos da indústria, como o do algodão, podem fazer progressos muito rápidos. A conseqüência inevitável desses progressos, é que esse ramo industrial baixa rapidamente os preços dos seus produtos. Porém, à medida que o preço do algodão cai, o do linho deve subir comparativamente. Isso redundará em que o linho será substituído pelo algodão. Não é por outra razão que o linho foi expulso de quase toda a América do Norte. Em vez da variedade proporcional dos produtos, assistiu-se ao reinado do algodão.

Nota-se que da "relação de proporcionalidade" não resta mais que a boa intenção de um homem, que queria que as mercadorias fossem produzidas em proporções tais que pudessem ser vendidas a um preço justo.

A justa proporção entre a oferta e a procura, ainda hoje tão reivindicada, há muito tempo já não existe mais. Adquiriu a condição de velharia. Sua existência só foi possível em épocas de baixo nível de desenvolvimento das

forças produtivas, em que a produção era limitada e a troca restrita. A grande indústria põe fim a essa justa proporção. Desde o seu advento, momentos de prosperidade alternam-se sucessivamente com momentos de estagnação, de crise (p. 55).

Patenteia-se que a justa proporcionalidade deixou de existir. Eis o equívoco dos que a advogam. Equívoco e reacionarismo, cabe acrescentar. Pois, para serem conseqüentes, deviam restabelecer as condições indispensáveis à sua vigência (p. 55).

O que mantinha a produção em proporções justas era o fato de a procura determinar a oferta. Precedia a ela. A produção dependia do consumo. Seguia-o *pari passu*. A grande indústria rompe com isso. Não mais depende da procura. Com a grande indústria, a produção precede o consumo, a oferta força a demanda (p. 55). Esta é ao mesmo tempo fonte de progresso e de miséria, da riqueza e da pobreza (p. 55).

Por isso "das duas, uma", assevera Marx. E prossegue:

"Ou se querem as proporções justas dos séculos passados com os meios de produção da nossa época, e então está-se num tempo reacionário e utopista".

"Ou se quer o progresso sem a anarquia: nesse caso, para conservar as forças produtivas, tem-se de abandonar as trocas individuais".

"As trocas individuais só se conciliam com a pequena indústria dos séculos passados, com o corolário da "justa proporção", ou então com a grande indústria, mas com todo o seu cortejo de miséria e anarquia" (p. 55).

De acordo com o que acabamos de dizer, a determinação do valor pelo tempo do trabalho, ou seja, a fórmula que Proudhon nos apresenta como regeneradora do futuro, não passa da expressão científica das relações econômicas da sociedade atual, como Ricardo

clara e nitidamente demonstrou muito antes dele.

"Mas nem sequer a aplicação 'igualitária' dessa fórmula pertenceria a Proudhon? Não foi ele o primeiro a imaginar a reforma da sociedade com a transformação de todos os homens em trabalhadores imediatos, trocando quantidade de trabalho iguais?" (p. 55).

Há que se registrar o reformismo de Proudhon, ao qual Marx opõe a sua concepção revolucionária. Questiona a utopia reformista de Proudhon.

2. A DIVISÃO DO TRABALHO E AS MÁQUINAS

A divisão do trabalho, segundo Proudhon, compreende dois lados: um lado bom e um lado mau. O seu lado bom consiste no modo como se realiza "a igualdade das condições e da inteligência". O seu lado mau resulta do fato de ela ser um "instrumento de miséria". Cabe, pois, encontrar um meio termo, ou seja, a recomposição que anule os seus inconvenientes, mas que conserve ao mesmo tempo os seus efeitos úteis (p. 101).

A divisão do trabalho é, como tudo em Proudhon, uma lei eterna, abstrata. A abstração, a idéia, a palavra lhe bastam para explicar a divisão do trabalho nas diferentes épocas históricas. As castas, as corporações, o regime manufatureiro, a grande indústria são explicadas com essa única palavra: dividir. Entendendo-se bem o sentido dessa palavra, não será preciso entender os elementos que dão a ela ou, mais exatamente, à divisão do trabalho, um caráter determinado em cada época (p. 101). A divisão do trabalho é correlata da troca, e ambas não se explicam pela palavra "dividir" e, sim, pelo grau de desenvolvimento em que se encontram as forças produtivas e as conseqüentes relações sociais com as quais se articulam contraditoriamente. São essas relações que conferem particularidades à divisão do trabalho e ao conceito de troca. Tais

particularidades, entretanto, não preocupam Proudhon. Quando muito, o que faz é opor a divisão do trabalho de uma época histórica à divisão do trabalho de outra época histórica.

Esse autor começa pela divisão do trabalho em geral, para chegar a um instrumento específico da produção, a máquina. Ora, esta é uma força produtiva. O trabalho que se organiza com base nela é distinto do que se organiza com base na ferramenta, por exemplo. A indústria moderna que dela se origina é uma relação social de produção. A especialidade promovida pela divisão do trabalho é seu produto genuíno. Emerge com ela e só existe na indústria moderna, a qual se submete ao regime de concorrência. Não data, portanto, dos primórdios do mundo, conforme pensa Proudhon. A máquina surge em fins do século XVIII. Nada mais absurdo do que vê-la como a antítese da divisão do trabalho, ou como a síntese que estabelece a unidade do trabalho dividido. A máquina é uma combinação de ferramentas e não das tarefas do operário. Isto acontece só na cabeça de Proudhon, que atribui à máquina a possibilidade de restauração do trabalhador. Para Marx, máquina, sistema de máquinas com um só motor, sistema de máquinas com um autômato por motor (ao que acrescentamos, movido a vapor, à eletricidade, eletronicamente) é esse o caminho das máquinas (p. 110). Atestam isso os microprocessadores, tão em voga nos dias atuais.

Claro é que essa evolução tem atrás de si certo grau de acumulação e de concentração de capital. Elas não só a precedem, senão também o desenvolvimento da divisão do trabalho que, por sua vez, requer uma massa de pessoas despossuídas e compelidas a se reunirem em ofícios, a fim de assegurarem a sua sobrevivência através de um salário. É com o assalariamento que a troca toma corpo e, com ela, a divisão social do trabalho. Todavia, ela pressupõe a reunião dos trabalhadores numa oficina. Proudhon que,

segundo Marx, "vê as coisas do avesso, se é que as vê", entende que a divisão do trabalho precede a oficina, que é, conforme vimos, uma das condições de sua existência (p. 109).

A concentração dos meios de produção e a divisão do trabalho são inseparáveis, mas não para Proudhon, que concebe aquela como negação desta. Na verdade, sucede o oposto: com a concentração dos referidos meios, ocorre a divisão do trabalho e vice-versa. É isso que faz com que uma nova invenção, na mecânica, por exemplo, seja seguida de uma maior divisão do trabalho, e cada aumento desta, por seu lado, determine novas invenções mecânicas ou de outra espécie, em geral derivadas da aplicação tecnológica da ciência. Basta lembrar, a esse respeito, que o grande avanço na divisão do trabalho se deu na Inglaterra, depois da invenção da máquina; deu-se na indústria, por meio da diversificação de seus ramos; deu-se entre a indústria e a agricultura, que num primeiro momento se separam (p. 110), e posteriormente se unem, formando uma nova síntese. A agricultura industrializa-se, submetendo-se, como se verá melhor logo em seguida, ao domínio direto e franco do capital, para usar a linguagem madura de Marx, muito embora essa idéia esteja por ele esboçada desde os seus *Manuscritos* de 1843/44.

Conseqüentemente, a agricultura passa a compor a produção social, da qual se converte em ramo, bem como se diversifica. O contingente de produtores independentes é reduzido drasticamente. Em seu lugar aparece o assalariado. Graças à potenciação das forças produtivas, propiciada pela adoção da máquina, a divisão do trabalho adquire uma dimensão tal que a indústria moderna, cada vez mais dissociada do solo nacional, depende quase que unicamente do mercado mundial, das trocas que se fazem nesse âmbito e, por conseguinte, da divisão internacional do trabalho. Tamanha é a influência da tecnologia na divisão do trabalho que, quando se introduz, mesmo que parcialmente,

a mecânica, por exemplo, numa fabricação qualquer, logo esta se desdobra em empresas independentes uma das outras (p. 110).

Pensemos, à luz disso, no que está se passando atualmente, com o crescente uso da microeletrônica na produção. Não é por acaso que hoje se fala em mundialização do capital, marcada por um nível planetário da divisão do trabalho, não mais adstrita ao mercado (seja de matéria-prima, produtos industrializados, serviços, trabalho, dinheiro, etc), mas que se estende à produção, amplamente transnacionalizada. Haja vista a sua descentralização espacial em escala internacional.

Depois retornaremos a esse ponto. Agora interessa-nos realçar que, além de haver uma industrialização generalizada, na agricultura, nos serviços e na fábrica propriamente dita, pode-se dizer que ela adentrou um estágio mais avançado de desenvolvimento, sobretudo nesses dois últimos setores, nos quais se opera uma segunda revolução industrial, com base na automação; essa base técnica, por simplificar ainda mais o trabalho, incrementa a sua superfluidade. Não é disso, porém, que pretendemos tratar aqui e, sim, dos seus efeitos sobre a divisão do trabalho que, sendo histórica, expressa um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas; logo, também da produtividade do trabalho, assim como da acumulação e centralização do capital e da socialização da produção e do trabalho, cujo caráter coletivo aumenta inclusive nos serviços, é bom que se diga. Também os serviços são partes constitutivas da divisão social do trabalho (Oliveira, p. 46); pertencem a ela e, portanto, à produção social, da qual participam, obviamente, a agricultura e a indústria; subordinam-se, igualmente a estas e ao capital, senhor da mencionada produção social; constituem, tal como aquelas, um campo de investimento lucrativo de capital. E não apenas por intermédio de grandes negócios, normalmente representados por

empresas que operam com transportes, telecomunicações, publicidade e marketing, mídia, turismo, hotéis, saúde, etc, senão também por intermédio de pequenos negócios, que exigem pequenos volumes de capital.

Assim, a expansão dos serviços se dá segundo os preceitos da divisão do trabalho. Muitos deles, antes executados em casa ou de modo liberal, são cada vez mais efetuados sob o mando do capital que, evidentemente, lucra com essas atividades. Não é demais observar que nem todo serviço se realiza de modo empresarial. Há, por exemplo, os serviços públicos, bem como há serviços que, conquanto privados, são improdutivos. Para que um serviço seja produtivo, é mister que o trabalho efetuado por meio dele se insira na divisão social do trabalho, que não é mais que um simples órgão do trabalho coletivo, esse organismo social sem o qual o trabalho não se realiza e do qual é uma de suas manifestações concretas. Nesse caso, ele inscreve-se no circuito do capital, a quem rende lucro. O mesmo não sucede com certos serviços, tais como o de um serviçal que faço vir à minha casa para fazer dados consertos. Seu consumo por mim é improdutivo, meramente pessoal. Ademais, eu o pago com renda e não com uma cota-parte do capital variável.

A situação é, no entanto, inteiramente outra quando tal serviçal é empregado de uma empresa prestadora de serviços, com a qual mantenho relações mercantis, isto é, de compra e venda. Uma coisa é um serviço, outra é uma empresa que explora serviços. Aqui, além de haver dependência ao mercado, o trabalho processa-se sob as ordens do capital, que visa a sua autovalorização.

Não me estenderei nessa exemplificação, que é muito ampla. Aludirei somente a mais um caso, a meu ver bastante elucidativo não apenas dos serviços, mas também de outras atividades, rurais e urbanas, não raro expressas pela linguagem corrente e mesmo oficial como "autônomas", "por conta

própria", "informal", "clandestinas", para citar alguns nomes. Autônomo, clandestino, informal... em relação a quê? Ao social, por certo. Como social está sob a égide do capital, a sua clandestinidade ou autonomia se estabelece em relação a ele mas a ele não se subordina, tampouco é regida por suas leis. Uma e outra estão à margem delas, pois possuem uma lógica própria, distinta da do capital. É o que dizem os Proudhons da vida moderna, a saber: Gorz, os adeptos do campesinismo e da economia informal, entre outros, embora muitos destes últimos tenham mais a ver com o liberalismo do que com o autonomismo.

Acontece que essas atividades são, na maioria das vezes, mercantis. Quer dizer, nelas e por meio delas, produz-se predominantemente valor de troca, mesmo no caso dos serviços. Tal fato pressupõe a divisão do trabalho em geral, assim como uma forma particular desta. Pressupõe, por conseguinte, a inserção da maioria dessas atividades na produção social, na qual os seus executores normalmente operam e da qual, em contrapartida, obtêm os meios de trabalho e de vida que consomem. Com efeito, salvo situações excepcionais, elas subsumem-se na divisão social do trabalho, o que significa que os bens ou serviços por elas gerados não são mais do que a existência objetiva da divisão do trabalho, a objetivação de trabalhos qualitativamente diferentes, correspondentes às diversas necessidades. Enquanto atividades mercantis, os seus produtos, sejam eles coisas tangíveis ou não, encerram valor de uso, não porém para os seus criadores, e sim para os outros, com os quais os intercambiam. Os seus produtos não são, de imediato, meios de subsistência. Só se tornam assim depois de terem adotado, no dinheiro, a forma de produto social. De modo que eles produzem basicamente para a sociedade, cujos membros, por seu lado, trabalham para os executores dessas atividades, noutras esferas, evidentemente. Com efeito, são trabalhadores

da sociedade, na qual e para a qual laboram diretamente. São, como dissemos, produtores de mercadorias, mesmo quando elas assumem a forma de serviços. Produzem mercadorias para outros produtores de mercadorias. Significa isso que as suas atividades não são imediatamente sociais, visto que, sendo majoritariamente mercantis, a sociabilidade que se tece no interior de cada uma delas é igual à da sociedade global que, para dizer o óbvio, as inclui, e em que os nexos sociais são determinados na troca, pela forma valor.

Evidencia-se aqui a importância da forma valor para a compreensão da dita sociedade e da sociabilidade que lhe é peculiar. Ambas, convém explicitar, capitalistas, cujo exame Marx principia nos *Manuscritos* citados. Sendo a sociedade capitalista a que está sob o mando do capital, é lícito afirmar que esses trabalhadores a que estamos nos reportando são, em regra, trabalhadores do capital. É no capital que, em última análise, eles subsumem-se, no geral valorizando-o. Isso, mesmo quando não sejam assalariados de terceiros, nem proletários. Lembremos os "autônomos", "os por conta própria" e tantos outros que praticam pequenos negócios, sem assalariar outras pessoas. Ainda quando não se encontram diretamente subsumidos no capital, se nele subsumem por analogia ou idealmente. São assalariados ou capitalistas deles mesmos. A razão dessa submissão não se deve ao trabalho que executam, mas ao fato de possuírem meios de trabalho, que geralmente revestem a forma de capital. Além disso, enquanto trabalhadores mercantis, dependem do preço, assim como da produtividade social, em volta da qual giram suas taxas de lucro. A apropriação do lucro não se dá diretamente pela via do trabalho. Ela é feita, ao contrário, por meio da distribuição, que pressupõe a circulação, onde vige a concorrência.

Está-se, aí, no terreno da lei do valor, que os premia ou penaliza, segundo as suas capacidades produtivas. Observemos, para

finalizar essas digressões, acerca das quais já nos alongamos demasiadamente, que o lucro, o salário e a renda são expressões concretas das relações sociais capitalistas, por meio das quais se verifica a distribuição do produto social. Prolongamo-nos sobre elas porque, ao mesmo tempo em que evidenciam a fecundidade do pensamento de Marx, o atualizam ao tocarem em aspectos desenvolvidos posteriormente por ele, cujo exemplo maior são os serviços. Todavia, os pressupostos teóricos da divisão do trabalho, imprescindíveis à sua explicação e outras formas de trabalho, incluindo-se nelas as antes mencionadas, estão contemplados, senão plenamente na *Miséria da Filosofia*, com certeza a partir dela. Um desses pressupostos é a relação direta da divisão do trabalho com as forças produtivas. Há uma interação entre elas, que faz com que cada invenção acentue a divisão do trabalho, e cada aumento desta conduza, por sua vez, a novas invenções. Mas não é só o progresso técnico que está em causa. Com a crescente aplicação tecnológica da ciência à produção, há uma simplificação e um conseqüente barateamento do trabalho, do que se aproveita o capitalista, interessado em rebaixar os custos produtivos - especialmente o da força de trabalho - com vistas a ampliar a extração do excedente.

Compreende-se porque, com a aplicação da mecânica, se aboliram todas as leis de aprendizagem dos operários. Elas já não eram mais necessárias. O trabalho simplificara-se. Os operários sintéticos preconizados por Proudhon tornaram-se obsoletos. É certo que isso não sucedeu pacificamente. A partir do início do século XIX, a maioria das invenções redundou em choques entre trabalhadores e capitalistas, que procuravam diminuir as especialidades daqueles. Em seguida a cada greve, surgia uma nova máquina. O trabalhador estava tão distante de ver na máquina a possibilidade de sua reabilitação ou, para usar o termo de Proudhon,

restauração, que resistiu bravamente ao nascente império do autômato (p 111)

Marx reitera que a máquina ampliou a divisão social do trabalho e simplificou o trabalho do operário. Ele insurge-se, mais uma vez, não menos contundente e ironicamente que em outras vezes, contra Proudhon. Diz que aquele autor se apóia em A. Smith, e que este economista clássico escreveu sua obra numa época em que a oficina automática mal acabara de nascer. Para mostrar isso, recorre ao Dr. Ure. Tome emprestadas algumas passagens de sua *Filosofia das Manufaturas*, das quais reproduzimos parte: "ele (Smith) demonstrou, no caso da fábrica de alfinetes, que um operário, aperfeiçoando-se pela prática num só e mesmo ponto, torna-se mais hábil e menos dispendioso. Em cada ramo das manufaturas, observou que, de acordo com esse princípio, certas operações, tais como o corte de fios de latão em comprimentos iguais, se tornam de fácil execução; que outras, como o fabrico e a fixação das cabeças dos alfinetes, são relativamente mais difíceis. E concluiu, por isso, que é possível, naturalmente, adaptar a cada uma dessas operações um operário cujo salário corresponda à sua capacidade. Essa adaptação é a essência da divisão do trabalho. Mas o que podia servir de exemplo útil no tempo do doutor Smith só seria adequado hoje para induzir o público ao erro, relativamente ao princípio real da indústria manufatureira. De fato, a distribuição, ou melhor, a adaptação dos trabalhos às diferentes capacidades individuais quase não entra no plano de operações das manufaturas automáticas. Pelo contrário, em todos os lugares onde um processo qualquer exige muita destreza e mão segura, retiram-no do braço do operário denominado hábil, e muitas vezes propenso a diversos tipos de irregularidades, para o entregar a um mecanismo particular, cujo funcionamento

automático é tão exatamente regulado que basta uma criança para o vigiar (p. 112).

Após essa citação de Ure, Marx observa que "(...) a mão-de-obra era em geral o elemento mais dispendioso de um produto qualquer; mas, com o sistema automático, os talentos do artífice vão sendo progressivamente substituídos pela presença de simples vigilantes da mecânica" (p. 112).

É esse, continua ele, "o grande problema manufatureiro, ou seja, o de reduzir a tarefa dos operários ao exercício da sua vigilância e destreza..." (p. 112/13).

Mas como? "Combinando a ciência com os capitais" (p. 112). "O princípio do sistema automático é o de substituir a divisão do trabalho entre os artífices (que é próprio da manufatura, esclarecemos nós) pela análise de um processo nos seus princípios constituintes (análise científica, diríamos nós, sem nenhuma arbitrariedade). Conforme procuraremos mostrar adiante, a máquina possibilita a organização científica do processo de trabalho, porque permite transferir o aspecto operativo do trabalho humano às máquinas, substituindo o princípio subjetivo pelo princípio objetivo de organização. É esse princípio objetivo que é susceptível de análise científica, assim como de recomposição com base em critérios científicos. Objetividade, nesse caso, consiste na aplicação da ciência ao processo de trabalho, aplicação essa que constitui a ciência da tecnologia, que nada mais é que a aplicação tecnológica da ciência". (Palma, p. 22).

Já não é o operário que manipula a ferramenta. Isso é próprio da manufatura. Com a indústria assentada na máquina, movida mecanicamente, o trabalhador limita-se a vigiar e a corrigir a operação desse mecanismo. Adapta-se ao processo de trabalho, diferentemente do que acontecia antes. Pois a máquina, e mais ainda a maquinaria, sob nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do operário individual. Sua diferença específica não é de modo

algum, como no caso da ferramenta, a de transmitir ao objeto a atividade do operário e, sim, que essa atividade se acha posta de tal maneira que não faz mais que transmitir à matéria prima a ação da máquina, a qual vigia e preserva de avarias (Rosdolsky, p. 276).

Não é como o caso da ferramenta, que o trabalhador maneja e que requer dele certo virtuosismo. A máquina toma o seu lugar. Ela é a nova virtuosa. Mais: assume a condição de agente. Determina e regula a atuação do trabalhador, a qual é reduzida à mera abstração. Torna-se puramente mecânica e indiferente à sua forma particular. É a máquina que anima o trabalhador e não o inverso, pois ele se converte em acessório de uma coisa que se move fora dele, de um sistema mecânico. Esse é o lado ativo do processo produtivo. Em consequência, esse processo deixa de ser processo de trabalho, pelo simples fato de o trabalho imediato não ser mais a unidade dominante que lhe dá forma. Ao contrário, aparece apenas como órgão consciente nos trabalhos vivos e dispersos em várias partes do sistema de maquinaria, no qual se subsume, não sendo mais que um elo deste sistema, cuja unidade não está nem no trabalho nem no seu executor, o trabalhador (ambos passivos), mas na maquinaria (ativa), em forma de materialização do capital, diante do qual o trabalho individual quase que desaparece (idem, p. 276).

O pleno desenvolvimento do capital e, por conseguinte, da sociedade na qual ele vige, a capitalista, só ocorre, pois, quando o meio de trabalho se apresenta frente ao trabalhador, no processo de produção, na qualidade de máquina. Somente então esse processo não mais aparece subsumido na habilidade e destreza do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência. Dar à produção um caráter científico é, com efeito, a tendência do capital. O trabalho imediato reduz-se, a partir daí, a mero "fator" desse processo. Subsume-se na maquinaria. O capital assenhoreia-se do

processo de trabalho. Impõe-lhe uma nova base material, adequada à sua autovalorização, base a qual se ajusta igualmente o mercado de trabalho. Passa, desse modo, a depender menos do elemento subjetivo e mais do elemento objetivo do processo de trabalho, cujo aprimoramento contínuo torna-se imperioso. Doravante, acumulação e progresso técnico caminham juntos. A extensividade da acumulação cede lugar à intensividade, e a mais valia absoluta à relativa. A subordinação real do trabalho adquire hegemonia. A produção assume a forma especificamente capitalista (Marx, 1985, caps. 13 e 14, 1978, p. 55 a 70, Rosdolsky, cap. 17).

Só na imaginação de alguns (Proudhon) a máquina auxilia o operário individual, abreviando e facilitando a sua tarefa, bem como restaurando a sua qualificação. Pelo contrário, o emprego capitalista da máquina despoja a atividade operária de toda independência e de qualquer caráter atrativo, ao convertê-lo não só em trabalhador parcial ou (acrescentamos nós) polivalente, senão também numa máquina parcial ou multifuncional, não importa (pensamos nós). O capitalismo só emprega a máquina porque esta potencia o trabalho, capacitando-o a produzir mais em menos tempo. Por elevar a produtividade do trabalho, ela possibilita a redução do trabalho necessário, em favor do trabalho excedente. Dessa maneira, ao invés de libertar o trabalhador e atenuar a sua exploração, o uso capitalista da máquina o aprisiona e o submete a uma exploração mais intensa, quando não também mais extensa.

Uma consequência natural disso é a criação de uma massa de pessoas supérfluas. Mas não a abordaremos. Apenas a mencionamos por ser elucidativa ao desemprego e subemprego que assolam o mundo atual, além, é claro, de exprimir uma das contradições do capital. O que abordaremos é, para usar uma vez mais a linguagem de Proudhon, a restauração (ou,

em termos modernos, a requalificação) do trabalhador pela máquina.

Vejamos, antes de mais nada, o que Marx nos diz a esse respeito na *Miséria da Filosofia*. "(...) segundo o sistema que decompõe um processo reduzindo-o aos seus princípios constitutivos, e que submete todas as suas partes à operação de uma máquina automática, podem confiar-se essas mesmas partes elementares a uma pessoa dotada de uma capacidade ordinária (prescinde-se da qualificação, observamos nós), depois de submetida a uma certa prova; em caso de emergência, pode-se mesmo fazê-la passar de uma máquina para outra, de acordo com a vontade do diretor do estabelecimento. Essas mutações estão em oposição aberta com a velha rotina que divide o trabalho e que atribui a um operário a tarefa de talhar a cabeça de um alfinete, a outro a de afiar a ponta, trabalho cuja uniformidade aborrecida os enerva... No entanto, de acordo com o princípio da igualização (simplificação, notamos nós), ou sistema automático, as faculdades do operário estão apenas submetidas a um trabalho agradável, etc. Sendo a sua ocupação vigiar o trabalho de um mecanismo bem regulado, pode em pouco tempo aprendê-la" (isso, além de desqualificar e simplificar o trabalho, barateia-o, realçamos nós)(p. 113).

O trabalho torna-se, desse modo, mais simples. E o que possibilita isso é a máquina. Apesar de a troca e a divisão do trabalho serem seus pressupostos, a sua efetivação só se dá com a máquina e o seu sistema, o mecânico. Esse sistema de máquinas prescinde da qualificação do trabalhador. Afinal, a máquina é a nova virtuosa. Tal qualificação requer uma longa aprendizagem. Por simplificar o trabalho, a adoção da máquina na produção comprime o seu custo. Esse menor custo representa para o capital um menor tempo de trabalho necessário. Ora, a qualificação do trabalho tem a ver com tal tempo, que não é outra coisa que não o

tempo exigido para a formação profissional do trabalhador. E ele é diminuído e não aumentado. Aumentá-lo significa não apenas encarecê-lo como pôr entaves à acumulação. Diminuí-lo, ao inverso, significa a possibilidade de extração de uma massa maior de mais-valia social, além do que, o capital incrementa o seu domínio sobre o trabalho. Ao passo que a suposta restauração apregoada por Proudhon enfraqueceria o seu poder diante do trabalho. A realidade, porém, é outra. O capital, desde aí, vem diminuindo o trabalho vivo. E só pode fazê-lo porque o desqualifica. Torna-o, em conseqüência, cada vez mais supérfluo (p. 46). Vê-se quão ilógico é supor o retorno do artífice, cuja volta redundaria na restauração do trabalhador (p. 46).

Ainda há mais: o capital, por meio de sua base técnica, construída à sua imagem e semelhança, simplifica o trabalho, reduzindo-o progressivamente a um único trabalho, o social, verdadeiro organismo cujos órgãos são as suas múltiplas formas concretas. Mas não é só. Verifica-se também o seu barateamento. Senão, vejamos:

"O objetivo constante e a tendência de qualquer aperfeiçoamento do mecanismo é, com efeito, de dispensar inteiramente o trabalho do homem ou de diminuir o seu preço, substituindo pela atividade das mulheres e das crianças a do operário adulto, ou pelo trabalho de operários sem destreza o de hábeis artífices... Essa tendência para empregar apenas crianças de olhar vivo e dedos ágeis, em vez de trabalhadores que possuam grande experiência, demonstra que o dogma escolástico da divisão do trabalho conforme os diferentes graus de habilidade foi finalmente repudiado pelos nossos manufatureiros esclarecidos" (p. 113).

Acompanha esse barateamento do trabalho a sua universalização. E a grande responsável por isso é a máquina. É ela que, por simplificar o trabalho, diminui o seu custo e consolida a sua universalidade, em detrimento

da sua especialização. Esta é típica da manufatura; aquela, da indústria. Embora a manufatura possa ser recriada, e o é, a hegemonia agora pertence à indústria. Ela dá o conteúdo e a forma ao processo de trabalho. Ao contrário da manufatura, ela tende a universalizar o trabalho e não a especializá-lo.

Por isso ater-se à especialização - como o faz Proudhon, com seu "operário sintético", similar ao artesão - é querer retrogradar a roda da história; é querer perpetuar "o idiotismo da profissão". Nem o presente nem o futuro apontam para ela, mas para a universalização do trabalho. Só assim o seu tempo pode ser reduzido. Tal redução é primordial à sua valorização. Esse é um dos intentos do capital.

Malgrado isso, não deixa de ser um progresso. E através dela que o trabalhador poderá se libertar dos limites impostos pela divisão social do trabalho. Isso está indicado por Marx, na obra em apreço, quando liga a tendência à universalidade ao desenvolvimento integral do homem. Esse fato, Proudhon não entende. Como bom pequeno burguês que é, não pode entender esse aspecto revolucionário da oficina automática e, por não entendê-lo, dá um passo atrás: propõe ao operário que faça não apenas a duodécima parte de um alfinete, mas sucessivamente todas as doze partes. O operário chegaria assim à ciência e à consciência do alfinete. Nisso consiste o trabalho sintético de Proudhon (p. 114).

Há que se perguntar: qual é a diferença entre essa concepção e a da reprofissionalização do trabalhador, muito em voga nos dias correntes?

3. A PROPRIEDADE OU A RENDA (P. 121 E 130)

Segundo Marx, conquanto Proudhon pareça referir-se à propriedade em geral,

"apenas trata da propriedade fundiária, da renda fundiária" (p. 121). "A origem da renda (para Proudhon), como da propriedade, é por assim dizer extraeconômica: reside em considerações de psicologia e de moral que só longinquamente se relacionam com a produção das riquezas" (p. 121/2). Reconhece-se incapaz de compreender a origem econômica da renda e da propriedade. Admite que essa incapacidade o obriga a recorrer às considerações de ordem psicológica e moral... (p. 122). Afirma que a propriedade tem origem mística e misteriosa. Transforma, assim, em mistério a relação própria da produção com a distribuição dos meios de produção. Ora (pergunta Marx) isso não significa renunciar a qualquer pretensão à ciência econômica? (p. 122).

Em seguida, Proudhon nota que, estando a atividade humana ameaçada de perder-se no vazio, em virtude do desvanecimento da realidade em prol da ficção, é mister ligar mais fortemente o homem à natureza: "a renda é o preço desse novo contrato" (p. 122).

É provável que nesse mundo idealizado por Proudhon, onde o crédito é um meio para nos perdermos no vazio, a propriedade seja necessária para ligar o homem à natureza. No mundo real, alicerçado na produção material, na qual a propriedade fundiária sempre precede o crédito, o temor ao vazio de Proudhon certamente não se manteria (p. 122).

Admitida a existência da renda, seja lá qual for a sua origem, ela exprime uma relação contraditória entre o rendeiro e o proprietário fundiário. Resta saber qual é a taxa média de renda resultante dessa relação. Para explicá-la, Proudhon cita Ricardo. Usa e abusa do palavreado, que pode ser resumido no seguinte: o excedente do preço dos produtos agrícolas sobre o custo de produção, incluindo o lucro e os juros comuns do capital, dá a medida da renda. Não é assim, no entanto, que Proudhon a explica. Para ele, o

proprietário tira do colono todo o excedente. Explica a propriedade pela intervenção do proprietário, e a renda pela intervenção do rendeiro. Responde ao problema, nas palavras de Marx, "colocando o mesmo problema e acrescentando-o ainda de uma sílaba", (p. 122) Quer dizer, não o equaciona.

Acresce que, determinando a renda pela diferença da fertilidade da terra, Proudhon lhe atribui uma nova origem. Pois a terra, antes de ser avaliada conforme os diferentes graus de fertilidade, "não era", ainda segundo Proudhon, "um valor de troca", mas um bem "comum". "Em que se tornou então (indaga Marx) essa ficção da renda que tinha surgido da necessidade de reconduzir à terra o homem que ia se perder no infinito do vácuo? (p. 123/4).

Para Marx, a renda, assim como a propriedade, tem a ver com as relações sociais. Ela é a propriedade fundiária na sociedade burguesa. Não é demais reiterar que a sua referência é sempre Ricardo (p. 124). Segundo o economista, o preço dos produtos é, como vimos, determinado pelo custo de produção, no qual se inclui o lucro industrial; em suma, ele é determinado pelo tempo de trabalho gasto (p. 124). Eis que estamos novamente no âmbito da lei do valor.

Como a concorrência nivela o preço do mercado, o produto gerado no melhor terreno será pago ao mesmo preço do produto gerado no terreno inferior. E o excedente do preço dos produtos, gerados na terra de melhor qualidade, sobre o custo da sua produção que constitui a renda. "Se se tivesse sempre à disposição terras do mesmo grau de fertilidade; se se pudesse, como na indústria manufatureira, recorrer sempre às máquinas menos custosas e mais produtivas, ou se os segundos investimentos de capitais produzissem tanto quanto os primeiros, então o preço dos produtos agrícolas seria determinado pelo preço de custo dos artigos produzidos pelos melhores instrumentos de produção, como observamos no caso dos

produtos manufaturados. Mas também, a partir desse momento, a renda teria desaparecido" (para quem parece haver somente um tipo de renda, a diferencial).

Bem longe de fazer do explorador da terra do rendeiro um simples trabalhador, e de extrair do colono o excedente, a renda põe frente ao proprietário territorial o capitalista industrial, em vez do escravo, do servo, do tributário, do assalariado (p. 125). Além do que, houve um longo lapso de tempo para que o rendeiro feudal fosse substituído pelo capitalista industrial. Apenas na Inglaterra essa relação entre o proprietário de terra e o capitalista industrial alcançou o seu pleno desenvolvimento (p. 125).

Quando havia apenas o colono de Proudhon, não havia renda. Desde que essa existe, o colono não é o rendeiro, mas o operário, o colono do rendeiro. Depois de constituída em renda, a propriedade territorial somente tem em seu poder o excedente em relação aos custos produtivos. Era, portanto, ao aludido proprietário que a renda arrancava uma parte do rendimento (p. 125).

A renda, nos termos de Ricardo, é a agricultura (patriarcal) transformada em indústria, o capital industrial aplicado na terra, a burguesia industrial transplantada para o campo. Ela não liga o homem à natureza, senão a exploração da terra à concorrência. Uma vez constituída em renda, a propriedade fundiária nada mais é que o resultado da concorrência, pois passa a depender do valor venal dos produtos agrícolas. Como renda, ela torna-se um efeito do comércio. A renda só é viável, quando a indústria e a organização social dela resultante impelem o proprietário da terra a visar apenas ao lucro, à relação monetária de seus produtos agrícolas, e a ver, enfim, a sua propriedade como uma máquina de cunhar moeda (p. 125/6).

A renda separou de tal modo o proprietário territorial do solo, que ele não tem sequer necessidade de conhecer suas terras. O mesmo sucede com o rendeiro e o

operário agrícola. Também estes não se ligam à terra, senão ao preço da sua exploração, ao dinheiro (p. 126).

"Daí as jeremiadas dos partidos reacionários, que querem a volta da feudalidade, à boa vida patriarcal, aos costumes simples e às grandes virtudes de nossos antepassados. A sujeição da terra às leis que regem as outras indústrias é e será sempre objeto de condolências interessadas. Assim, pode-se dizer que a renda se tornou a força motriz que lançou o idílio no movimento da história" (p. 126).

Excedemo-nos em citações. Todavia, julgamo-las necessárias, porquanto lançam luz sobre questões atuais, em especial no que concerne à terra e à sua exploração, as quais perdem toda e qualquer particularidade. Deixam, por conseguinte, de constituir uma questão específica. Sujeitam-se aos ditames do capital, erigido em senhor dos tempos modernos. É esse senhor e não mais a terra que submete o trabalho. Aliás, submete-o e a propriedade da terra. As condições de produção agrícolas estão agora sob o seu domínio. A renda é uma espécie de lucro extraordinário, mero remanescente do lucro médio, que lhe impõe limites (Marx, 1973, p. 741).

Uma ressalva deve ser feita. Marx é, neste texto, assumidamente devedor de Ricardo. Segue quase à risca a teoria da renda desse autor. Não o faz, contudo, acriticamente. Mostra que Ricardo aplica a renda não só para explicar a propriedade moderna da terra, sua expressão, senão também a propriedade fundiária em geral, universalizando assim o que é próprio de uma época histórica. Trata-se de devaneios comuns a todos os economistas, que apresentam as relações de produção burguesa como categorias eternas (p. 126). E bom que se frise, entretanto, que, ao assumir a teoria da renda de Ricardo, Marx a reduz à renda diferencial. Concepção essa com a qual romperá em *O Capital* e nas *Teorias da Mais Valia*.

Para que a teoria de Ricardo seja válida, é preciso ainda que os capitais possam circular livremente nos vários ramos da indústria; que a concorrência nivele a taxa de lucro; que o rendeiro não passe de um capitalista industrial que procura, na aplicação do seu capital em terras piores, um lucro igual ao que obteria se o capital de que é portador fosse aplicado na indústria algodoeira, por exemplo; que a exploração agrícola esteja submetida ao regime da grande indústria; enfim, que o mesmo proprietário fundiário vise apenas o rendimento monetário (p. 125).

O solo sujeita-se, como se nota, às mesmas leis que regem a indústria (p. 126). E as leis que a regem, vale explicitar, são as leis que regem a sociedade, que é capitalista. São essas leis que Marx já procura desvendar. Supõe-se que desde aí, para ele, não é outra senão essa a tarefa da ciência.

Após ver a origem da renda no excedente gerado pelo colono, Proudhon passa para a redistribuição igualitária da renda (p. 126).

A renda, conforme vimos, é constituída pelo preço igual dos produtos de terras desiguais em fertilidade. Exemplificando: um hectolitro de trigo, que tenha custado 10 francos, é vendido por 20 francos se o custo de produção atingir, numa terra de pior de qualidade, 20 francos (p. 126).

O preço do mercado é determinado pelos custos produtivos do artigo de custo mais elevado. Os produtos, criados em circunstâncias diversas, têm os seus preços regulados no mercado pela concorrência. É esta, e não a propriedade da terra, que proporciona ao proprietário da terra melhor uma renda de 10 francos, em cada hectolitro de trigo vendido pelo seu rendeiro (p. 126). A renda só existe por isso, ou seja, pelo fato de se vender por 20 francos o hectolitro de trigo que custa 10 francos ao produtor (p. 127).

Não obstante fale em extinção da renda, o que é próprio da renda absoluta, Marx, tal como Ricardo, a quem segue, reduz a renda da terra à renda diferencial. Porém não se

restringe somente à renda que deriva da fertilidade natural do solo (R.D.I.). Diz que a aplicação da química moderna altera a cada instante a natureza da terra, e os conhecimentos geológicos começam a anular a antiga avaliação da fertilidade relativa do solo (p. 127/8) (R.D.II). Por fim, nota que a fertilidade não é algo tão natural como se supõe: está intimamente ligada às relações sociais, as quais, por sua vez, se ligam às forças produtivas. Ademais, uma terra pode ser fértil para o cultivo do trigo e, a despeito disso, o preço do mercado pode induzir o seu detentor a convertê-la em pastagem artificial e assim torná-la estéril.

Retomemos Proudhon: afirma agora que "a renda é o juro proporcionado por um capital que nunca se extingue, ou seja, a terra". E como esse capital não é susceptível de qualquer aumento quanto à matéria, mas apenas de uma melhoria indefinida quanto ao uso, acontece que, enquanto o juro e o lucro do empréstimo" (...) tendem a diminuir continuamente em conseqüência da abundância dos capitais, a renda tende a aumentar sempre pelo aperfeiçoamento da indústria, do qual resulta o melhoramento do uso da terra... Tal é, na sua essência, a renda" (p. 128).

Marx observa que, dessa vez, Proudhon "vê na renda todos os sintomas do juro, com a diferença de que ela provém de um capital de natureza específica. Esse capital é a terra, capital eterno que não é susceptível de nenhum aumento quanto à matéria, mas apenas de uma melhoria indefinida quanto ao uso" (p. 128).

Os juros "apresentam uma tendência contínua à baixa, ao passo que a renda, ao contrário, tem uma tendência à alta. Os juros caem por causa da abundância dos capitais; a renda sobe graças aos progressos conseguidos pela indústria, os quais repercutem no uso da terra, racionalizando-a cada vez mais" (p. 128).

E essa, em essência, a concepção de Proudhon acerca da renda da terra. Marx se propõe a examiná-la. Indaga a respeito da correção (ou não) da afirmação daquele autor, segundo o qual a renda é o juro de um capital.

Mencionamos, de início, que, para o proprietário fundiário, a renda representa o juro do capital que ele investiu na terra ao comprá-la, ou que obteria se a vendesse. Mas ao comprá-la ou vendê-la, só compra ou vende a renda. O preço que paga para se apropriar da terra é regulado pela taxa de juro geral e nada tem a ver com a renda. Os juros dos capitais aplicados em terras são, em geral, menores que o juro dos capitais aplicados na indústria ou no comércio. Por isso, para aquele que não distingue o juro que a terra representa ao proprietário da renda, o juro da terra-capital diminui mais que o juro dos outros capitais. "Mas não se trata do preço de compra ou de venda da renda, do valor venal da renda, da renda capitalizada, trata-se da própria renda" (p. 129).

Prossegue Marx:

"O arrendamento pode implicar ainda, além da renda propriamente dita, o juro do capital incorporado à terra. O proprietário recebe então essa parte do arrendamento não como proprietário, mas como capitalista; mas não é essa a renda propriamente dita de que temos de falar" (p. 129).

Esse vem a ser o conceito da terra-capital, de que também fala Proudhon. Ela só é terra-capital enquanto é explorada como meio de produção. Pode ser aumentada igualmente aos demais meios de produção. Mesmo que não se acrescente nada à matéria, para usar mais uma vez a linguagem de Proudhon, multiplicam-se as terras que servem de meios de produção. Basta aplicar nelas novas somas de capital, para que se aumente a terra-capital sem que se acrescente nada à terra-matéria, isto é, à extensão da terra. "A terra-matéria do Sr. Proudhon é terra como limite. Quanto à eternidade que ele atribui à terra, admitimos

que ela tenha essa virtude como matéria. A terra-capital não é mais eterna do que qualquer outro capital" (p. 129).

A terra-capital é um capital fixo. Todavia, também se desgasta. Quer dizer, embora fixo, não é eterno. Há casos, inclusive, em que a terra-capital pode desaparecer, permanecendo apenas os melhoramentos incorporados ao solo. Isso sucede quando a renda é anulada pela concorrência de novas terras mais férteis; tal como os melhoramentos, que teriam valor numa certa época, deixam de tê-lo a partir do momento em que se universalizam pelo desenvolvimento agrônômico (p. 129/30).

O representante da terra-capital não é o proprietário fundiário, e sim o rendeiro. O rendimento que a terra proporciona como capital é o juro e o lucro industrial, não a renda. Há terras que produzem esse juro e esse lucro e que não produzem renda (p. 130).

Resumindo, a terra, enquanto terra-capital, dá juro e não renda. Não se constitui, por consequência, em propriedade fundiária. A renda resulta das relações sociais por meio das quais ocorre a exploração. Não resulta da terra natureza, isto é, de seu caráter natural. Ela não provém do solo, mas da sociedade (p. 130). É parte da mais-valia, da qual é uma de seus expressões concretas. As outras expressões concretas daquela forma de excedente são o lucro e o juro, respectivamente. O juro corresponde ao capital, enquanto o lucro corresponde à propriedade fundiária (Grundrisse, p. 216-24). Todas elas são, entretanto, manifestações da mais-valia, formas de aparição do trabalho não-pago e que o mistificam, visto que aparecem como se fossem geradas por tais meios de produção. O salário, entretanto, corresponde ao trabalho assalariado e é expressão do trabalho pago.

Vale dizer que são essas formas de rendimento, pelas quais se dá a distribuição social, que conferem, em certo nível, identidade às classes sociais básicas da

sociedade capitalista. Identidade, note-se, intraclasses e não interclasses. E isso não só no que se refere aos assalariados, cujo antagonismo em relação às demais classes é mais notório, mas também no que diz respeito aos capitalistas e aos proprietários fundiários, igualmente opostos entre si. As classes são antagônicas, contraditórias, a ponto de, conforme ensinam os franceses, não existirem senão em luta.

Voltemos, contudo, ao exame da renda da terra. Sabemos que ela é uma criação do capital, esse senhor dos tempos modernos que a todos e a tudo subordina, inclusive a terra e o trabalho que nela se realiza, os quais se submetem diretamente ao império das suas leis e da sua produtividade. Aqui é preciso chamar a atenção para o fato de que isso não apaga a contradição que os envolve. Ao criar a renda da terra e a sua expressão econômica - a propriedade moderna da terra - ele cria um valor que lhe é diferente. É o único caso em que cria um valor distinto de si mesmo, de sua própria produção. Tanto lógica quanto historicamente, é o criador da propriedade capitalista da terra. Ao mesmo tempo em que a cria, dissolve a antiga propriedade feudal. Visto deste ângulo, é o criador da agricultura moderna, a qual deixa de ser fonte direta de subsistência para ser fonte mediada de subsistência. A apropriação do produto do trabalho deixa de ser direta. Não mais se faz diretamente pelo trabalho e, sim, indiretamente, via mercado. Ela assume a forma de rendimento, do qual a renda é uma das expressões. A própria terra, ao adquirir a forma moderna, converte-se em mercadoria. O trabalho assalariado, pressuposto da sociedade moderna, é criado por essa forma de propriedade da terra, quer dizer, pela propriedade da terra enquanto valor, que se lhe contrapõe. Essa é, ao mesmo tempo, sua condição e antítese. Condição, porque sem ela não haveria trabalho assalariado. Antítese, porque é um entrave à expansão do capital. A

renda restringe a sua capacidade de expansão (Grundrisse, citado).

Apesar disso, é inegável a subordinação da terra ao capital. Subordinação que, convém notar, nos autoriza afirmar que a terra não é mais natureza, um meio de produção natural, mas terra-capital.

Essa subordinação é prenunciada por Marx no capítulo em pauta da *Miséria da Filosofia*. Primeiro, porque ele concebe a renda como produto das relações sociais que, bem o sabemos, se ligam contraditoriamente às forças produtivas. Ao fazer isso, explica a origem econômica da renda e da propriedade fundiária, a qual remete ao capital. Essa propriedade não se efetiva sem a apropriação da renda. Ela não é senão expressão daquela. Só é apropriada privativamente pelo monopólio que se exerce sobre si.

Segundo, porque Marx já não separa a produção e distribuição. Tanto assim que, ao criticar Proudhon, assinala que ele transforma em mistério a relação do produtor com os meios de produção, dentre os quais se inclui a terra. Ora, a terra não só é valor, mas também só pode ser apropriada socialmente. Como se não bastasse isso para indicar a subordinação a que estamos nos referindo, Marx introduz o conceito de terra-capital, por ele assimilado a um meio de produção de capital fixo. Já aí evidencia-se a subordinação da renda ao capital. Mas ele vai mais longe. Diz que é o capital ou a indústria que dita o movimento da renda e, conseqüentemente, o preço da terra. E mais: através de sucessivas aplicações, eles subvertem continuamente os limites dentro dos quais a propriedade territorial os obriga a moverem-se. Essa contínua subversão de tais limites, que são os limites inerentes ao próprio capital territorializado, são constantemente ultrapassados. Não fora assim, a terra-matéria não se multiplicaria.

Marx está, aqui, além da renda gerada pela fertilidade natural do solo, que designará depois de R.D.I. Está a caminho da R.D.II, que é gerada pelas inversões de capital na

terra de uma mesma qualidade. Nada mais correto do que se aplicar, nesse exame, como o fará ulteriormente, os conceitos de concepção orgânica do capital e da taxa média de lucro, extensivos à agricultura, em que a terra é usada de modo produtivo, como meio de produção, pertencente a um ramo particular da produção social, que é regida pela lei do valor; lei cujo embrião em Marx se encontra no capítulo primeiro da *Miséria da Filosofia*.

4. AS GREVES E AS COLIGAÇÕES OPERÁRIAS

Proudhon discute o salário. Entende que o aumento salarial leva a um encarecimento geral: "isso é tão certo", diz, "como dois e dois são quatro". Ao que Marx responde, "exceto esta última afirmação, de que dois e dois são quatro, as demais afirmações de Proudhon são falsas" (p. 131). Em primeiro lugar, porque não há encarecimento geral. Se os preços das mercadorias dobrarem simultaneamente aos salários, não haverá mudança nos preços, mas apenas nos termos (p. 131). Em segundo lugar, uma alta geral dos salários atingirá menos as indústrias que empregam, comparativamente, mais máquinas que operários. A tendência, no entanto, é de a concorrência nivelar a taxa de lucro. As indústrias que se elevam acima da taxa média devem ser passageiras. Por esse motivo, à parte algumas oscilações, uma alta (geral) dos salários trará, em vez de encarecimento (geral), conforme quer Proudhon, uma baixa parcial, ou seja, uma baixa no preço das mercadorias, principalmente das fabricadas com o auxílio de máquinas (p. 131).

O aumento e a queda do lucro e dos salários apenas exprimem a proporção, segundo a qual, os capitalistas e os trabalhadores participam do produto de um dia de trabalho, sem que elas influam, no mais das vezes, sobre o preço do produto. Mas afirmações como "as greves seguidas de aumento de salários levam a um

encarecimento geral, e mesmo a uma escassez" são idéias que só podem nascer no cérebro de um poeta incompreendido (p. 132).

Na Inglaterra, por exemplo, as greves têm ocasionado a invenção e o emprego de novas máquinas, que se constituem em uma das principais armas usadas pelos capitalistas contra os trabalhadores revoltosos. Põem-nos fora de combate - não só no passado, observamos nós; haja vista o que o acontece no mundo, hoje.

Proudhon condena as coligações, com receio de que elas causem os mesmos incrementos salariais que causaram uma carestia geral (p. 133). "A greve dos operários é ilegal (assevera), e não o diz apenas o Código Penal, mas o sistema econômico, a necessidade da ordem estabelecida... Que cada operário disponha livremente como indivíduo da sua pessoa e dos seus braços, pode ser tolerado: mas que os operários tentem por coligação exercer violência contra o monopólio, isso a sociedade não pode tolerar" (p. 133/4).

Para Marx, Proudhon reduz as relações de produção burguesa a um artigo do Código Penal. Faz este passar por aquelas (p. 146). Na Inglaterra, as coligações são autorizadas pelo Parlamento. Só que essa autorização foi concedida em função da ordem econômica (p. 134).

Em seguida, observa que economistas e socialistas (utópicos) estão de acordo em relação a um ponto: ambos são contrários às coligações (p. 134). Todavia, por motivos distintos. Os economistas alegam que, além de elas serem prejudiciais ao bom andamento da economia, de nada adiantarão, visto que os salários dependerão sempre da variação entre a oferta e a procura. Os socialistas, por seu lado, dizem que os operários nada ganharão com as coligações. Que eles serão sempre operários e os patrões sempre patrões. "Por isso, nada de coligações, nada de política,

pois não é fazer política promover coligações?" (p. 135).

Apesar das recomendações propostas nos manuais (dos economistas) e nas utopias (dos socialistas), as coligações continuaram ininterruptamente a manifestar-se e ampliar-se com a indústria moderna (p. 135).

"Na Inglaterra, não se ficou nas coligações parciais, que não tinham outro escopo senão uma greve passageira, e que com ela desapareciam. Formaram-se coligações permanentes, trade-unions, que constituem um baluarte para os operários nas suas lutas com os industriais. E presentemente todas essas trade-unions locais encontram um ponto de união na National Association of United Trades, cujo comitê central fica em Londres... A formação dessas greves, coligações, trade-unions caminham conjuntamente com as lutas políticas dos operários que constituem agora um grande partido político com a denominação de Cartistas" (p. 135).

A sociedade burguesa é vista aqui tal como é, ou seja, cindida em classes. Operários e capitalistas se contrapõem. Os primeiros se unem para lutar por seus interesses; os segundos, não só para fazer valer os seus interesses, senão também com o propósito de repressão, para o que, não raro, contam com a ajuda do Estado. Essas lutas, conquanto negadas por Proudhon e pelos economistas, com suas fraseologias apoloéticas, revelam, conforme vimos, a contradição social básica, a existência de classes. Não por acaso os operários, como se verá abaixo, sacrificam parte de seus salários em favor das associações, as quais adquirem maior importância para eles do que os próprios salários, motivo que os levou a se associarem. Desde esse momento, as associações assumem um caráter político: são associações de classe. Marx antecipa aqui uma das idéias do *Manifesto* de 1848: a da sociedade burguesa engendrando os elementos da sua própria destruição (Rossi, p. 318).

"É sob a forma de coligações que sempre se verificam as primeiras tentativas dos trabalhadores com vistas a se associarem" (p. 135). A grande indústria facilita isso. Ela aglomera num só lugar uma multidão de pessoas. É certo que a concorrência divide os seus interesses. Mas o salário, esse interesse comum que os operários possuem contra os patrões, acaba por reuni-los em coligações. Por isso, elas têm sempre um objetivo: o de cessar a concorrência entre os operários, para que possam concorrer com os capitalistas. À medida que os capitalistas se unem para fazer frente às reivindicações operárias, a manutenção das coligações se lhes afigura mais necessária do que a dos salários. Assim é que eles chegam a sacrificar parte de seus salários em favor das associações. Nesta luta - verdadeira guerra civil - reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos responsáveis para uma batalha futura. Uma vez alcançado esse ponto, a associação adquire um caráter político. Caráter político que, segundo sabemos, tem a ver com as classes (p. 136). Pois a luta referida, vista como verdadeira guerra civil, não é senão luta de classes. Por essa razão, ela reúne, ao mesmo tempo que desenvolve, todos os elementos necessários para uma batalha futura. O que já é, a nosso ver, indicativo da transitoriedade da sociedade burguesa, assim como de que a sua superação não será pacífica, e sim dependerá da luta, da força, como Marx dirá um ano depois, no *Manifesto*: a luta de classes é o motor da história, e a força, a sua parteira. É justamente isso que nos põe no campo da política. Política, para Marx, é luta de classes. Vejamos:

"As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Os interesses que

defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política" (p. 136).

Esta última frase não deixa dúvidas a respeito de nossa afirmação, segundo a qual política é, para ele, luta de classes. Do que se infere que só há política porque há classes sociais. Disso, entretanto, trataremos depois. Agora, cabe-nos dizer que, na passagem reproduzida, Marx nos dá também os conceitos de "classe em si" e de "classe para si". Isto é, a classe que toma consciência de si, que vai além dos seus interesses imediatos, tais como: salários, condições de trabalho, etc.

Somente assim ela será capaz de elaborar um projeto social adequado à sua existência. Marx ilustra isso através da burguesia, que se constituíra em classe sob o feudalismo, mas que, só com a elaboração de um novo projeto social, a conseqüente derrubada dessa sociedade e a sua substituição pela sociedade burguesa, torna-se efetivamente uma classe revolucionária (p. 136). Claro está que também ela começara com coligações parciais contra os senhores feudais. A futura batalha será, no entanto, protagonizada por outro ator: o proletariado, que deverá abolir as classes. Marx retoma aqui uma idéia de *A questão judia*, antecipando, voltamos a dizer, idéias do *Manifesto*.

Não é à toa que os historiadores em geral omitem em seus estudos a existência do proletariado como classe. São tomados de um temor real:

"Uma classe oprimida é condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo de classes. A emancipação de uma classe oprimida implica, portanto, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa se emancipar, é preciso que as forças produtivas já adquiridas e as relações sociais existentes já não possam mais existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários, como classe, supõe a existência de

todas as forças produtivas que podiam se engendrar no seio da velha sociedade " (p. 136).

Marx descreve o processo de emancipação estribado em sua concepção materialista, cujos princípios estão firmados desde a *Ideologia Alemã*. Já nesse trabalho capta e expõe o movimento contraditório entre as forças produtivas e as relações sociais. É aludindo a esse movimento que diz que "de todos os instrumentos de produção, a maior força produtiva é a própria classe revolucionária". Isso porque a quebra das relações, inadequadas às (novas) forças produtivas, não é automática, mas pressupõe, precisamente, a "organização dos elementos revolucionários como classe", a qual, por sua vez, pressupõe a "existência de todas as forças produtivas que podiam ser geradas no seio da sociedade", visto que tem de servir-se delas, utilizá-las, organizá-las, a fim de que elas possam romper as relações e não se percam em direções fragmentárias e contraditórias, a exemplo do que ocorre durante o período de coligações parciais. Além disso, se as contradições derivam da demanda desigual entre forças produtivas e relações sociais, em que estas não mais se coadunam com o grau de desenvolvimento alcançado por aquelas, a mudança de tais relações permitirá a continuidade da expansão das forças produtivas, já organizadas e utilizadas pela classe revolucionária. Daí porque essa classe se apresenta como a força que favorece a dinâmica das forças produtivas, que as incrementa e produz, por sua própria iniciativa, as novas formas de relações (Rossi, p. 321). Afinal, os homens não produzem apenas os seus instrumentos de trabalho. Produzem, ademais, materiais de trabalho, meios de vida e, em conformidade com essa produção, as próprias relações que travam nesse processo. Não é esse um dos argumentos que Marx usa contra Proudhon? Aliás, esses "mesmos homens que estabelecem as relações sociais, conforme a sua produtividade material, também produzem

os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais. Por isso, essas idéias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios" (Marx, 1974, p. 88).

"Quererá isso dizer que após a queda da antiga sociedade haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se num novo poder político? Não "

"A condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, do mesmo modo que a condição de libertação do Terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens" (p. 137).

Não mais se trata da emancipação das classes e, sim, de sua supressão. Suprimir as classes não quer dizer, entretanto, o fim da história, mas da pré-história. A classe trabalhadora substituirá, no decorrer do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por essa associação que excluirá as classes e o seu antagonismo (p. 137). Emancipando-se, mediante ação revolucionária, ela emancipará toda a sociedade da divisão classista. Não só: "(...) já não haverá poder político propriamente dito, pois que o poder político é exatamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil" (p. 137). Não sendo mais que o resumo do antagonismo social, com a supressão deste, o poder político será igualmente suprimido. Não haverá mais razão para que subsista.

"No período de espera, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe contra classe, luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total. Aliás, não é de admirar que uma sociedade, fundada na oposição das classes, chegue à contradição brutal, a um choque corpo-a-corpo como última solução" (p. 137).

Marx insiste, contra Proudhon, no fato de que as contradições sociais burguesas não se resolvem por si mesmas, de modo pacífico. Segundo ele, a solução de tais contradições requer uma ação revolucionária, e essa ação

não pode deixar de ser política, visto que é resultante da luta de classes. "Só numa ordem de coisas na qual já não haja classes e antagonismo de classes, deixarão as evoluções sociais de ser revoluções políticas. Até lá, nas vésperas de cada remodelação geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre:

*"O combate ou a morte: a luta sangüinária ou nada.
E assim que irrelutavelmente se apresenta a
questão" (George Sand, p. 137).*

ADENDO

O movimento social não exclui o movimento político. O movimento político é movimento social (p. 137). O inverso, porém, não é verdadeiro. Marx demonstra isso numa carta endereçada a Bolte, em 1871. Na carta, ele retoma essa diferenciação entre movimento social e movimento político. Mostra que o objetivo final do movimento político da classe operária é a conquista do poder. Mas que, para tanto, é mister uma organização prévia, saída de suas próprias lutas econômicas. De outra parte, todo movimento que opõe a classe operária, enquanto classe, à classe no poder, e procura vencê-la por uma pressão externa, é um movimento político. Por exemplo, a tentativa feita numa fábrica particular ou, ainda melhor, por uma categoria profissional tomada à parte, para forçar certos capitalistas, por meio de greves, a reduzir a duração da jornada de trabalho, é um movimento puramente econômico. Ao contrário, o movimento que visa a obter uma lei sobre a jornada de trabalho de oito horas, é um movimento político. É assim que, em toda parte, um movimento político nasce de todos esses movimentos econômicos isolados dos operários, isto é, um movimento de classe para fazer triunfar seus interesses sob uma forma geral, sob uma forma que tem uma força geral, socialmente eficaz. Se esses

movimentos supõem uma certa organização prévia, eles são, por seu lado e na mesma medida, meios de desenvolver essa organização.

Deixa claro, desse modo, os limites dos movimentos sociais. Eles são, em regra, localizados, isolados, passageiros, em suma, sectários. Por isso, não são políticos. Para que sejam políticos, é preciso que tenham uma maior amplitude, que digam respeito aos aspectos estruturais da sociedade, seja com vistas a conservá-la, seja com vistas a reformá-la, seja, ainda com vistas a transformá-la radicalmente.

Os movimentos sectários, segundo ele, só se justificam historicamente, quando a classe operária não está amadurecida para um movimento histórico autônomo. Desde que ela tenha essa maturidade, todas as seitas são reacionárias por essência. A marcha da história já as havia deixado para trás. Mesmo assim, não faltavam adeptos seus no seio da Internacional. Sua história, aliás, é marcada por lutas constantes contra esses senhores, entre eles os proudhonianos.

Onde a classe operária não está suficientemente organizada para realizar uma campanha decisiva contra o poder coletivo, ou seja, contra o poder político das classes dominantes, é necessário introduzir nela a organização, pela agitação contínua contra a atitude adotada em política pelas classes dominantes, atitude que lhes é hostil.

SOCIEDADE

O que vem a ser sociedade? Segundo Marx, ela não é senão o conjunto das relações sociais - relações de classes, bem entendido, e não relações entre indivíduos. Suprimam essas relações e terá sido destruída a sociedade inteira... (p. 81). É isso, fundamentalmente isso, que ele propõe estudar, desde pelo menos *A Ideologia Alemã*. E esse o fio condutor que o levará, em estudos

posteriores, incluindo-se aí a *Miséria da Filosofia*, a tentar descobrir as leis que presidem o movimento da vida social moderna. Nesses estudos, só se refere às pessoas enquanto personificadoras das relações sociais, como representantes de classes, portadoras de determinados interesses. Concebe o desenvolvimento social como um processo histórico. Fato que o impede de tomar o indivíduo como responsável pela existência de relações, de que é socialmente criatura. Razão por que, nos termos de a *Miséria da Filosofia*, quem parte do indivíduo não chegará jamais à idéia de sociedade. Fará como Proudhon, cujo Prometeu (que não é senão a sociedade) não passa de um "fantasma sem braços e sem pernas, ou seja, sem a oficina automática, sem divisão do trabalho, privado, enfim, de tudo aquilo que lhe havia sido dado a princípio, para que pudesse obter o excedente de trabalho" (p. 81).

Ao contrário de Proudhon, Marx chega ao conceito de desenvolvimento, mediante o desvelamento do social, cujo movimento, segundo pensa, é regulado por leis, que não somente independem da vontade, da consciência e da intenção dos homens, mas os determinam. Não são essas leis que explicam a sua existência e, sim, o oposto. A sua existência tem a ver com a produção, com o modo pelo qual se produzem as condições imprescindíveis a ela. Por meio da produção, não são gerados apenas os bens úteis à vida humana, senão também as relações sociais e as suas representações.

Tomando as coisas pelo avesso, Proudhon vê essas relações como encarnações de representações e não enquanto tais. Não é que não soubesse que são os homens que fabricam a lã, o algodão, o linho, a seda, etc, e que o fazem sob determinadas relações de produção. O que ele não sabia, melhor dizendo, não entendia, é que essas relações sociais são igualmente produzidas pelos homens, da mesma maneira que os tecidos

citados; que esses homens, ao produzirem os referidos tecidos, produzem as suas próprias relações sociais; que essas relações ligam-se às forças produtivas; que, ao adquirirem novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produzir e, então, mudam as suas relações sociais e as leis que as presidem, as quais são estabelecidas objetivamente pelos homens; que esses mesmos homens, que estabelecem as relações sociais de acordo com as suas forças produtivas, produzem também os princípios, as idéias, as categorias, em suma, as representações que explicam suas relações, ainda que freqüentemente de maneira invertida. Que essas representações, tais como as relações que exprimem, não são eternas: são produtos históricos, transitórios. Não há, pois, uma teoria geral do social: o moinho manual nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial (p. 87/8).

Compreende-se porque não se deve nem se pode partir do indivíduo e de suas representações. Quem assim procede, destrói o social, bem como as suas determinações essenciais.

Os sociólogos têm se esquecido disso.

SOCIABILIDADE CAPITALISTA

A *Miséria da Filosofia* contém a formulação primeira, embrionária, da sociabilidade capitalista, em que tudo é alienável, passível de troca: mercadorias em geral, sejam elas produtos do trabalho (como sucede com a maioria delas) ou não (como a terra, por exemplo), sejam elas, ainda, coisas tangíveis (roupas, sapatos, corpo, como no caso das prostitutas, etc.) ou não, como "Virtude", "amor", "opinião", "ciência", "consciência", etc. Tudo, enfim, é comercializável. É, para repetir Marx, "O tempo da 'corrupção geral'", "da venalidade universal", ou, em linguagem de economia política, "o tempo em que qualquer coisa,

moral ou física, ao converter-se em valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada no seu mais justo valor" (p. 27). A generalização da troca (e das relações monetárias que a acompanham) se identifica(m) com a venalidade e a corrupção gerais. Corrompe(m) as relações e as pessoas que as personificam. Prostitui(em) a ambos. A prostituição se apresenta não só como uma decorrência natural disso, senão também como algo geral, uma espécie, por assim dizer, de "face necessária do caráter social das disposições, capacidades, habilidades e atividades pessoais" (Marx, 1971, p. 80). Aqui já estamos no âmbito dos Grundrisse, onde Marx desenvolve essas idéias.

Nelas, as pessoas apresentam-se como sujeitos de troca, ou seja, como proprietários de mercadorias ou de dinheiro, nos quais se encontram cristalizadas quantidades diversas de tempo de trabalho social (902, 163/64). Esse é, aliás, um dos supostos da troca, qual seja, a propriedade do valor de troca pelas pessoas, na forma de mercadoria ou de dinheiro. Outro pressuposto da troca é que essas pessoas, as quais se constituem em sujeitos de troca, produzem subsumidamente na divisão do trabalho social (p. 905/166). A produção de valores de troca por tais sujeitos não só pressupõe a divisão do trabalho em geral, mas também uma forma específica sua (p. 905/167). Esse fato independe da vontade das pessoas que produzem para a troca e que a realizam. Depende, isto sim, de condições sociais dadas, em virtude das quais elas se encontram determinadas. Em tais condições, elas produzem mercadorias, precisamente para outros produtores de mercadorias, com os quais intercambiam. Portanto, não mais se comportam com seus produtos como uma forma imediata de subsistência. Produzem essencialmente para a troca, isto é, coisas que só se convertem em algo para si mesmos depois de terem passado por certo processo social. Quer isso dizer que só produzem para si produzindo para a sociedade, para a qual e

na qual trabalham. Produzem, com efeito, como partícipes da produção social, à qual corresponde dada divisão do trabalho, de que os seus respectivos trabalhos não são mais que manifestações concretas (p. 905/16677).

Fica clara a determinação social das pessoas. Não há como refutá-la. Na verdade, elas se enfrentam mutuamente - e só pode ser assim, por causa da mercantização de suas relações - enquanto portadoras de valores de troca, isto é, de equivalentes ou de entes de igual valor. Como tais, são iguais. Não há diferença alguma entre elas (p. 912/175). São agentes do mesmo trabalho social, indiferenciado. E é justamente isso que lhes possibilita a troca. Permite-lhes a equiparação das diferentes mercadorias entre si. Confere-lhes equivalência. Ao trocarem equivalentes, ou seja, coisas de valores iguais, as pessoas não fazem mais que intercambiar sua existência objetiva. Elas mesmas são de igual valor e, no ato da troca, se creditam reciprocamente como equivalentes e indiferenciadas. Como só existem mutuamente enquanto sujeitos da troca, que intercambiam equivalentes, elas são entes de igual valor, indiferenciadas entre si e indiferentes umas em relação às outras. Suas individualidades não entram no processo. A diversidade material dos valores de uso de suas mercadorias é encoberta pelo valor nelas contido. Na medida em que tal diferença material é motivo da troca, constitui uma necessidade de um para outro, a qual pode ser satisfeita somente por uma quantia igual de tempo de trabalho. Essa diversidade material é a razão de sua igualdade social. É isso que os põe como sujeitos da troca. A satisfação mútua de suas necessidades, por meio da diversidade material de seu trabalho e de sua mercadoria, é o que converte a sua igualdade numa relação social, e seu trabalho particular, num modo de existência particular do trabalho social em geral (p. 913/176).

A troca pressupõe, assim, tanto a dissolução das relações de dependência

peçoais quanto a dependência recíproca dos produtores. Essa dependência recíproca exprime-se na necessidade permanente da troca e no valor como seu mediador.

Pois bem: é essa dependência que dá o nexu social. Embora indiferentes e movidas por interesses próprios, egoístas e mesquinhos, elas se unem através da troca, que, vale frisar, se realiza por meio da forma valor. Ao mesmo tempo em que dá o nexu social, a troca define a sociabilidade capitalista. Acresce que, pelo fato de as coisas trabalhadas assumirem a forma de valor de troca e, conseqüentemente, de dinheiro, cada qual carrega consigo no bolso o seu nexu com a sociedade, assim como o poder social. Além disso, no valor de troca o vínculo social entre as pessoas se transforma em relação entre coisas. A necessidade de se converter o produto em valor de troca, em dinheiro, e de as pessoas só poderem adquirir e manifestar o seu poder social por meio dessa forma de coisa, demonstra: 1) que elas produzem só para sociedade e na sociedade; 2) que sua produção não é imediatamente social, não é fruto de uma associação ou comunidade; 3) que as relações entre elas se prostituem.

Evidentemente, essas idéias não estão desenvolvidas na *Miséria da Filosofia*. Todavia, de certa maneira, elas já foram abordadas desde esta obra.

BIBLIOGRAFIA

- MARX, K. "Marx a F. Bolte". Marx, Engels e Lenin, *Acerca del anarquismo y ei anarcosindicalismo*. Moscou, Editorial Progreso, 1987.
- MARX, K. "O Capital". *OS Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1985, tomo 1, livro 1; tomo 2, vol. I; tomo 2, vol. III.
- MARX, K. "Para a Crítica da Economia Política". *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- MARX, K. *A Questão Judia*. Rio de Janeiro, Larmert, 1969.

- MARX, K. *Elementos Fundamentales para Ia Critica de Ia Economia Política* (borrador - 1857-58). Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1971, vols. 1 e 3.
- MARX, K. *La Ideologia Alemana*. Barcelona, Grijalbo, 1974, 1ª parte.
- MARX, K. *Manuscritos Economia y Filosofia*. Madrid, Alianza Editorial, 1974.
- MARX, K. *Miséria de Filosofia*. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- MARX, K. *O Capital (capítulo VI, Inédito)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. "O Capital". *Os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1984, tomo 2, vol. I.
- MARX, K. *El Capital*. México, F.C.E., 1973, vol. 3.
- MARX, K. *O Manifesto Comunista de 1848*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARX, K. *Teorias sobre Ia Plus Valia*. Buenos Aires, Cartago, 1975, tomo 2.
- NETTO, J.P. "Introdução", Marx, K., *Miséria de Filosofia*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- OLIVEIRA, F. "O terciário e a divisão social do trabalho". São Paulo, *Estudos Cebrap*, 24, s/d.
- PALMA, A. de. "La organizacion capitalista dei trabajo en "El Capital" de Marx". *Quadernos de Pasado y Presente*, 32, Córdoba, 1974.
- ROSDOLSKY, R. *Gênesis y Estructura de "El Capital" de Marx*. México, Siglo Veintiuno, 1979.
- ROSSI, M. *La Gênesis dei Materialismo Histórico*. Madrid, Comunicación, 1974, cap. 5.